



CONTRIBUIÇÃO DA FUNAD PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ESTADO DA PARAIBA

Ana Paula Soares Loureiro Rodrigues

Universidade Federal da Paraíba – anarodrigueseducadora@gmail.com

Ana Cristina de Almeida Cavalcante Bastos

Universidade Federal da Paraíba – anacristinabastos2008@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo reflete sobre a contribuição da Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência – FUNAD enquanto agência formadora de profissionais da educação na área da Educação Especial, objetivando instrumentá-los com conhecimentos teóricos-práticos com vistas ao fortalecimento no Estado da Paraíba da inclusão escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Destarte, esta pesquisa qualitativa, teórico-metodológica e documental elegeu a formação de professores, educação especial e educação inclusiva como categorias norteadoras para melhor conhecer a formação continuada de professores na área de educação especial em uma perspectiva inclusiva, objetivando promover a interface entre os saberes. Inicia refletindo sobre Educação Inclusiva enquanto direito de todos e a importância da formação docente como forma de instrumentalizar o professor no sentido de melhor incluir seu aluno ao ser capacitado com conhecimentos teóricos-práticos que possibilitem o aflorar de novas alternativas metodológicas e práticas pedagógicas. Traz ainda alguns marcos normativos da Educação Especial e documentos que referendam a necessidade da formação do professor. Como resultado, apresenta o trabalho de formação continuada desenvolvido pela FUNAD e o quantitativo de profissionais docentes que já foram capacitados pela Instituição. Apresenta ainda os três programas federais criados para apoiar o processo de inclusão dos alunos da Educação Especial e que estão localizados na sede da FUNAD. Por fim, conclui denotando a importância de professores habilitados para fazerem a diferença, tanto no serviço do atendimento educacional especializado, quanto no desempenho de suas funções nas salas comuns no acolhimento dos alunos público-alvo da Educação Especial.

PALAVRAS-CHAVE: FUNAD, Formação de Professores, Educação Especial, Educação Inclusiva.



INTRODUÇÃO

A permanência dos alunos da Educação Especial em um sistema de ensino inclusivo é um dos maiores desafios do século XXI. A garantia do acesso às escolas é direito constitucional, no entanto assegurar a permanência destes alunos vai além do ato legal da matrícula. É preciso tornar visíveis aqueles para quem historicamente têm sido reservados os lugares menos favorecidos, desclassificados. Assumir este desafio é posicionar ao lado dos esquecidos do mundo, dos invisibilizados de uma sociedade excludente e segregadora que impõe rótulos e estigmas aos seus membros que se constituem em “minorias”. (BASTOS, 2015)

É na escola, historicamente considerada um espaço privilegiado para a experiência de aprendizagens educativas, repasse de conhecimento e saber adquirido ao longo do tempo pela humanidade que os alunos público alvo da educação especial: alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação tem provocado incômodos na estrutura rígida em que se baseiam as relações pedagógicas. Muito além da conquista do direito à matrícula, estes alunos tem lutado pela garantia de uma permanência com aprendizagem, socialização, desenvolvimento de habilidades e competências que os impulsionem a ocupar espaços cidadãos. Uma das estratégias de assegurar este direito é a formação continuada de professores desenvolvida a partir das questões que se presentificam na escola e fazem emergir a necessidade de ressignificar a prática docente, pois quando o significado de determinada situação se modifica, mudamos também a nossa maneira de vê-la e de enfrentá-la. Concordamos com Nóvoa quando afirma a importância de investir na pessoa e conferir ao saber da experiência, do saber vivido, um estatuto. E afirma:

A formação deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, que forneça aos professores os meios de um pensamento autónomo e que facilite as dinâmicas de auto-formação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projectos próprios, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional. (NÓVOA, 1995, p. 13).

Compreendendo que a formação dos professores em uma perspectiva de uma educação inclusiva deve problematizar as situações vividas em sala de aula a partir da inclusão dos alunos da Educação Especial, este estudo de cunho qualitativo aponta como objetivo geral refletir sobre a importância do papel da Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência/FUNAD na oferta da formação continuada na área de Educação Especial para professores do Estado da Paraíba. Propõe



como objetivos específicos apresentar uma cronologia histórica dos marcos normativos sobre educação inclusiva e formação de professores; identificar e mapear o número de profissionais contemplados pelas ações de formação continuada ofertadas pela FUNAD no período de 2011 a 2015; Apresentar a estrutura organizacional das ações de Educação Especial desenvolvidas pela FUNAD no intuito de apoiar o processo de inclusão dos alunos da Educação Especial no Estado da Paraíba. Propõe como resultado e discussão o desenvolvimento de ações de formação como forma de contribuir significativamente para o fortalecimento da educação inclusiva no sentido de ampliar o olhar sobre as habilidades e competências desenvolvidas pelos alunos da educação especial.

1. A INCLUSÃO DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E A FORMAÇÃO DOCENTE

É a partir das décadas de 1970 e 1980, no Brasil, que a rede pública de ensino amplia o número de vagas começando a saldar uma antiga dívida de escolaridade básica com a maioria da população. Segundo Martins (2012, p. 26), o acesso às escolas era um privilégio das elites, pois não havia uma política inclusiva na escola para a maioria da população.

Dentre os que tiveram o direito de acesso à escolarização negado, estão as pessoas com deficiência, a quem estavam reservadas instituições especializadas configurando um quadro de segregação social. Na década de 1970, o Ministério da Educação orienta a implantação do atendimento educacional para alunos excepcionais, como eram considerados os alunos com deficiência, superdotação e aqueles que apresentavam problemas de conduta. Foram criadas classes especiais como espaços para adequação dos alunos excepcionais, os quais, após um período de adequação, seriam avaliados se estavam aptos a estarem matriculados em uma classe comum. Estava sendo consolidada a separação dos sistemas de ensino: especial e regular.

Essa proposta de integração exigia dos professores um conhecimento técnico para trabalhar com os alunos excepcionais. Segundo, Martins (2012, p. 28), no período de 1979-1984 foram realizados pelas Secretarias de Educação e/ou pelas universidades brasileiras 184 cursos na área de Educação Especial, com ênfase nas áreas de atendimento educacional. Na década de 1990, a força dos movimentos sociais evidencia a luta contra a segregação das pessoas com deficiência e a defesa de uma sociedade inclusiva. Nesta perspectiva, um sistema de ensino fundado em modelos homogeneizadores de aprendizagem em que prevalece a categorização e segregação dos alunos considerados



excepcionais, começa a ser questionado. O crescente número de alunos excluídos dos espaços escolares faz com que vários países reúnam-se em Jomtien, no ano de 1990, para participarem da Conferência Mundial de Educação para Todos, com o objetivo de promover as transformações nos sistemas de ensino para assegurar o acesso e a permanência de todos na escola. (BRASIL, 2015)

A Conferência Mundial de Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada em 1994, pela UNESCO, problematiza os fatores que contribuem para a manutenção de uma escola não acessível a todos os alunos. Na contramão desta segregação, a Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais propõe que as escolas acolham todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. A escola deve, então, ofertar respostas às diferenças individuais dos seus alunos. Recursos deveriam ser destinados à formação, financiamento e gestão para que as escolas possam garantir condições de acesso, participação e aprendizagem.

Paradoxalmente, o Brasil lança, em 1994, a Política Nacional de Educação Especial que apresenta como modalidades de atendimento dos alunos as classes e escolas especiais; o ensino itinerante através das oficinas pedagógicas; o atendimento domiciliar, em sala de recursos e em ambiente hospitalar; e ainda a estimulação essencial e as classes comuns. Fundamentada no paradigma integracionista, esta Política defendia o modelo clínico de deficiência, em que o acesso dos alunos da Educação Especial ao ensino regular estava condicionado às suas características físicas, intelectuais ou sensoriais dos alunos. Os alunos ingressavam em uma estrutura paralela e substitutiva da educação especial e se aptos podiam ter acesso ao ensino regular. Tais práticas tradicionais justificavam a segregação devido ao fato das escolas comuns não estarem preparadas para atender às singularidades educacionais dos alunos da Educação Especial. Para minimizar esta carência, a Lei nº 9.394/1996, no que se refere à formação de professores em nível superior, a, no artigo 62, afirma:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Na Resolução do Conselho Nacional de Educação - CNE/CEB Nº 2/2001, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica conceitua a Educação



Especial:

Art. 3º Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

No artigo 18, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica tratam sobre a formação dos professores que atuarão no atendimento das necessidades educacionais dos alunos da Educação Especial. Os professores capacitados devem ter formação de nível médio ou superior para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. Os professores especializados por sua vez, devem ter formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas e ainda comprovar a complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da educação especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas de conhecimento, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Para os professores que já atuam no magistério deve ser assegurada formação continuada inclusive em nível de especialização, ofertada por instâncias educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

No ano de 2002, foi sancionada a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, reconhecendo a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio legal de comunicação e expressão de natureza visual-motora, com uma estrutura gramatical própria, de uso das comunidades de pessoas surdas. A partir de então, todos os sistemas educacionais ficam obrigados a assegurar a inclusão da disciplina de LIBRAS nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia, de Pedagogia e nas demais licenciaturas.

No início do século XXI, a Organização das Nações Unidas – ONU defendia o paradigma da inclusão e que a sociedade deveria promover as condições de acessibilidade necessárias para que as pessoas com deficiência tenham acesso a todos os espaços sociais. O acesso à educação é um direito constitucional e uma educação inclusiva se torna um direito inquestionável e incondicional.

Partindo deste pressuposto, a ONU, em 2006, promulga a Convenção sobre os direitos

da pessoa com deficiência e traz um novo conceito para a deficiência:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (ONU Art. 1)

Após o Brasil ratificar a Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência, o Ministério da Educação publica em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva, instaurando um novo referencial teórico e organizacional no cenário da educação brasileira. Esta Política define o público alvo da Educação Especial: alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. E são seus objetivos: a inclusão dos alunos público alvo nas turmas comuns do ensino regular, a orientação aos sistemas de ensino visando garantir o acesso ao ensino comum, participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados de ensino; a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; a oferta do atendimento educacional especializado; a formação de professores para o atendimento educacional especializado e aos demais profissionais da educação, para a inclusão; a participação da família e da comunidade; a acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informações; e a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (Brasil, 2008)

A partir da implantação desta Política, o Ministério da Educação lançou o Programa de Formação Continuada de Professores em Educação Especial que tem por objetivo contribuir com a formação continuada de professores para atuar nas salas de recursos multifuncionais e em classes comuns do ensino regular, em parceria com Instituições Públicas de Educação Superior – IPES.

O Plano Nacional de Educação – PNE que determina as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024, apresentou na Meta 16, a proposta de

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. (BRASIL, 2015, p. 51)



2. METODOLOGIA:

Conhecer sobre a formação dos professores na área de educação especial em uma perspectiva de educação inclusiva foi se tornando uma proposta de pesquisa à medida que as leituras dos marcos normativos, das discussões teóricas e as experiências com a inclusão dos alunos da Educação Especial nas classes comuns e no atendimento educacional especializado foi se tornando uma prática de trabalho. Foram realizadas análises sobre os relatórios das formações continuadas realizadas pela Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência – FUNAD, através da Assessoria de Educação Especial – AEE, no período entre 2011 a 2015.

O presente estudo apresenta uma pesquisa qualitativa a partir da análise de dados de forma indutiva, tendo sido realizada uma pesquisa teórico-metodológica documental, bibliográfica sobre educação especial/inclusiva e formação de professores, tendo como fonte de pesquisa livros, artigos científicos, periódicos, material disponibilizado na internet e em outras mídias digitais, objetivando promover a interface entre os saberes. No percurso metodológico, foram adotadas formação de professores, educação especial e educação inclusiva como categorias norteadoras para melhor conhecer a formação continuada de professores na área de educação especial em uma perspectiva de educação inclusiva.

Para subsidiar a prática da pesquisa qualitativa, Bogdan e Biklen (1999, p. 49) discutem sobre a singularidade do objeto de estudo, afirmando que

a abordagem da investigação qualitativa exige que o mundo seja examinado com a idéia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo.

Estudar sobre a formação de professores como estratégias de fortalecimento da inclusão escolar dos alunos da Educação Especial implica perceber este processo como uma construção continua sendo enriquecida pelos intercâmbios das experiências vivenciadas pelos professores nas salas de aulas, pelas sistematizações dos processos formativos desenvolvidos pela FUNAD, campo da pesquisa e também pelas reflexões teóricas acerca das ações desenvolvidas por pesquisadores e estudiosos que contribuem para a formação de professores na perspectiva de uma educação inclusiva a exemplo da contribuição de educadores como Paulo Freire.

Freire (2006) reconhece que a formação docente não é um ato mecânico, memorizador em que os conteúdos

são impostos para construção de planos rígidos. Defendendo que é aprendendo a conhecer e experimentando o processo de inclusão das pessoas nos espaços escolares e sociais que começamos a entender e fazer de nossa prática docente um ato pedagógico aberto e tanto quanto possível bonita e prazerosa. Nesta perspectiva, trabalhar em uma perspectiva de educação inclusiva implica em ir além do reconhecimento das dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino. Implica no comprometimento de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO: CONTRIBUIÇÃO DA FUNAD PARA A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

No ano de 1989, em João Pessoa, na Paraíba, foi instituída por Lei Estadual nº. 5.208, a Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência – FUNAD, vinculada à Secretaria de Estado da Educação. Surgia naquele ano, um espaço que viria a se tornar um serviço estadual de referência no atendimento às pessoas com deficiência auditiva, física, intelectual, visual, transtorno do espectro do autismo, altas habilidades e superdotação, visando à promoção e valorização da política da pessoa com deficiência e desenvolvendo ações nas áreas da educação, saúde e inclusão social.

Vinculada à Secretaria de Estado da Educação, a FUNAD tem como propósito contribuir com a implementação da Política de Educação Especial do Estado, em comum acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. A instituição dispõe de uma Assessoria de Educação Especial (AEE) que contribui com as ações para o fortalecimento da política da educação inclusiva em toda Paraíba, na formação de profissionais de ensino, no apoio pedagógico e acompanhamento dos programas que visam favorecer o processo de escolarização dos alunos inseridos na Rede Pública de Ensino.

Na FUNAD, estão sediados três programas federais criados para apoiar o processo de inclusão dos alunos da Educação Especial: Centro de Apoio Pedagógico para atendimento às pessoas com deficiência visual – CAP e o Núcleo de Apoio Pedagógico e Produção Braille – NAPPB, Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às pessoas com Surdez - CAS, Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação - NAAHS.

O CAP tem a função de apoiar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado e a produção de material didático acessível aos estudantes com deficiência visual. O CAS de promover a educação bilíngue, por meio da formação continuada de profissionais para oferta do AEE a



alunos surdos e com deficiência auditiva e da produção de materiais didáticos acessíveis. O NAAHS, por sua vez, apoia a formação continuada de professores para atuar no AEE a alunos com altas habilidades/superdotação.

A Assessoria de Educação Especial, o CAP, o CAS e o NAAHAS desenvolvem processos formativos na área de Educação Especial para professores, técnicos pedagógicos e gestores escolares. Segundo dados fornecidos pelo Núcleo de Educação Permanente – NEP da FUNAD, no período de 2011 a 2015 foram capacitados 4.912 profissionais da educação.

Na área de deficiência visual, 295 professores participaram dos cursos realizados, pelo CAP: Formação na área da Deficiência Visual para 64 professores que atuam nas Salas de Recursos Multifuncionais; 11 professores participaram do Curso de Revisores e Formatação em Braille; no Curso de Técnicas de Leitura e Escrita no Sistema Braille 143 professores; 36 na Oficina de Produção de Material Especializado; 31 no Curso para Leitura do Sistema Soroban e 10 professores no Curso de Formatação e Impressão de Textos em Braille.

No município de João Pessoa, o CAS realizou Curso de Libras para um total de 1.242 professores do ensino fundamental, médio e superior e outros profissionais da educação. A atuação da FUNAD ocorre também nos municípios que solicitam formação dos profissionais da educação. Em 33 municípios paraibanos foram qualificados 264 profissionais através do Curso de Libras para professores da Educação Básica. Trabalhando em forma de oficinas, foi realizado o Curso de Libras (Libras/Oficina Pedagógica/Planejamento) para 476 profissionais em oito municípios. Em João Pessoa e Rio Tinto foi realizado o Curso sobre Surdez para 100 participantes (professores e profissionais de vários segmentos). Nos municípios de Bayeux, 40 professores receberam o Curso sobre Surdocegueira.

Compreendendo que a promoção da inclusão escolar implica no envolvimento da família e da comunidade, o CAS desenvolveu cursos objetivando ampliar a acessibilidade comunicativa qualificando outros atores sociais além dos professores. Em João Pessoa, 85 familiares de pessoas com Deficiência Auditiva participaram do Curso de Libras; 10 pessoas com Deficiência Auditiva também aprenderam Libras em um curso destinado apenas a elas; um total de 172 crianças, jovens e adultos surdos foram alunos de um Curso de Libras; cinco alunos com deficiência visual também foram beneficiados com o Curso de Libras. Em nove municípios paraibanos, o CAS realizou Curso de Libras para 114 profissionais (assistentes sociais, agente comunitário, intérprete, psicopedagogo e estudantes de pedagogia).



Atendendo ao que está proposto na Lei nº 10.436/2002 que reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados e que a Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa, o CAS promoveu o Curso de Português como segunda língua para 85 alunos surdos. Realizou capacitação para formação de 110 Intérpretes de Libras e 67 Instrutores surdos.

No período de 2011 a 2015, conforme planilha apresentada pelo CAS, 2.765 pessoas foram qualificadas. No entanto, este número é ainda maior diante da execução do Curso de Libras em Contexto destinado à comunidade, sendo preferencialmente destinado aos profissionais da educação. No entanto, segundo informações fornecidas pelo CAS, o número exato de pessoas qualificadas não pôde ser informado devido à reorganização do arquivo da secretaria do curso no momento da coleta de dados.

O Núcleo de Atividades para Alunos com Altas Habilidades/Superdotação - NAAH/S tem a função - orientar o atendimento e o desenvolvimento de práticas pedagógicas que atendam as necessidades específicas de estudantes com altas habilidades/superdotação. Realizar a formação continuada de professores das salas de recursos multifuncionais e do ensino regular; a articulação com as instituições de ensino superior para a formação de redes colaborativas voltadas ao desenvolvimento de atividades de pesquisa, artísticas, esportivas, entre outras, promovendo a participação de estudantes com altas habilidades/superdotação.

A Assessoria de Educação Especial, no período em estudo, qualificou 1.852 profissionais da educação na área de educação inclusiva. Em 35 municípios polos do estado da Paraíba foi realizada a Capacitação em Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva qualificando 1.159 professores que atuam nas redes estadual e municipal. Segundo informações da Assessoria de Educação Especial, desde o ano de 2000 é realizado o Curso Buscando Competências para Incluir destinado a professores, técnicos pedagógicos e gestores escolares. No período de 2011 a 2015, foram qualificados 403 profissionais da educação. No município de Campina Grande, foi realizada uma formação para 85 profissionais A família no contexto da Educação Inclusiva. Para apoiar o trabalho dos professores que realizam o atendimento educacional especializado, são realizados Encontros pedagógicos. No período em estudo, 205 professores participaram destes momentos de socialização da prática e de construção de estratégias pedagógicas.



A procura por qualificação na área de educação especial em uma perspectiva de educação inclusiva resulta do aumento de matrículas do público alvo da Educação Especial, o que traz para o cotidiano do professor a necessidade de conhecer temáticas específicas e pertinentes que contribuam com o desenvolvimento de práticas pedagógicas que levem em consideração a diversidade presente em sala de aula e, sobretudo, desconstruam práticas discriminatórias, capacitando-o para trabalhar com alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

CONCLUSÃO

A educação inclusiva deve assumir espaço central no debate acerca da sociedade atual e do papel dos professores na superação da lógica da exclusão. A partir da pesquisa realizada, reconhece-se que a formação de professores como estratégia de fortalecimento da inclusão escolar dos alunos da Educação Especial é uma temática quase impossível de se esgotar, uma vez que a formação continuada é um processo educativo dialético.

Segundo Rodrigues (2006), ninguém nasce feito, pronto, acabado nos formamos aos poucos, na medida em que vivenciamos e experimentamos a prática social de que tomamos parte. Trabalhar em prol da inclusão escolar dos alunos da Educação Especial exige de quem o faz, uma postura de abertura ao novo e de respeito e valorização das diferenças que constituem os sujeitos.

O presente estudo identificou nas ações formativas realizadas pela FUNAD o empenho em promover uma educação especial em uma perspectiva de educação inclusiva, sem desconhecer que este trabalho exige persistência e reinvenção contínua a fim de atender aos constantes desafios propostos pelos sistemas de ensino para tornar visíveis aqueles para quem historicamente têm sido reservados os lugares menos favorecidos nos espaços escolares.

REFERÊNCIAS

BASTOS, A C.A. C. A formação do professor do Ensino Religioso: um olhar sobre a inclusão de alunos com deficiência na escola. São Paulo. Fonte Editorial, 2015

BOGDAN, Roberto; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em ação. Porto; Portugal, Porto Ed. 1999.

BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/Secretaria de Educação Especial. MEC; SEESP,



2001. 79p. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em 08/08/2016

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf Acesso em 10/08/2016

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 dez.1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm Acesso em 12/08/2016

_____. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/LI0436.htm. Acesso em 13.08.2016

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessário à prática educativa. 33ª Ed. São Paulo: Paz e Terra. 2006.

MARTINS, L.A.R. Reflexões sobre a formação de professores com vistas à educação inclusiva Lúcia de Araújo Ramos Martins. In: MIRANDA, T.G.; GALVÃO FILHOS, T. A. (Orgs). O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (Coord.). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

RODRIGUES, A P S L. Educação Popular e a formação dos educadores populares no Projeto Beira da Linha: um celeiro de experiências. UFPB. PPGE. .2006

